



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

SEXUALIDADE, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Jarles Lopes de Medeiros³⁶⁹

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Gisafran Nazareno Mota Jucá³⁷⁰

Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade Estadual do Ceará (UECE)

RESUMO

O trabalho discute o tema sexualidade e seus desdobramentos nas relações de gênero e na forma como se lida com as diversidades sexuais na escola. Para tanto, foi necessário realizar uma análise das políticas públicas destinadas a abordar a problemática no campo educacional. A partir do recurso metodológico bibliográfico e da análise documental, enfocou-se nos seguintes documentos: Os Temas Transversais (BRASIL, 1997a e 1997b), a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e o Kit de Materiais Educativos do Projeto Escola sem Homofobia. O objetivo é suscitar a reflexão em torno dos subsídios que tais documentos podem oferecer à prática docente. Evidenciou-se que tais políticas são insuficientes para abordar o aluno dotado de subjetividade e sexualidade que chega à escola. Dessa forma, surge a indagação: onde os professores poderão encontrar subsídios legais para lidarem com o tema? Professor esse que também é sujeito subjetivo e sexual, portanto possui concepções pessoais sobre o assunto.

Palavras-chaves: Gênero. Diversidade Sexual. Políticas Públicas Educacionais.

INTRODUÇÃO

“Acordei com 33 caras em cima de mim”, diz garota de 16 anos vítima de estupro coletivo³⁷¹.

Brasil é campeão mundial em assassinatos de homossexuais³⁷².

Médico é excomungado após realizar aborto em menina de 9 anos vítima de estupro³⁷³.

Marcela Temer: bela, recatada e do lar³⁷⁴.

As notícias apresentadas acima ilustram o atual momento de intolerância e violência sexual, de gênero e homofobia que vivenciamos. A opção por divulgar tais acontecimentos surgiu com o

³⁶⁹ Aluno bolsista CNPq do Curso de Mestrado Acadêmico em Educação Brasileira do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (PPGE/FACED/UFC) vinculado à Linha de Pesquisa História da Educação Comparada. E-mail: jarlles@hotmail.com.

³⁷⁰ Professor Titular da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e professor colaborador da UFC no PPGE/FACED/UFC, vinculado à Linha História da Educação Comparada. E-mail: gisafranjuca@gmail.com.

³⁷¹ Caso ocorrido no mês de maio de 2016, no Morro São José, Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2016/05/26/interna_nacional,766534/acordei-com-33-caras-em-cima-de-mim-diz-garota-vitima-de-estupro.shtml. Acesso em: Jun/2016.

³⁷² Disponível em: <https://si3.ufc.br/sigaa/logar.do?dispatch=logOff>. Acesso em: Jun/2016.

³⁷³ Em 2009 uma garota de 9 anos engravidou de gêmeos em decorrência de um estupro. O médico, que amparado pela legislação realizou o procedimento clínico, foi excomungado de acordo com a legislação realizou teve sua excomunhão anunciada pelo arcebispo de Pernambuco/RE José Cardoso Sobrinho. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36402029>. Acesso em: Jun/2016.

³⁷⁴ Notícia veiculada na revista Veja no ano de 2016 onde aponta o padrão do comportamento da mulher desejável. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/bela-recatada-e-do-lar>>. Acesso em: Jun/2016.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

intuito de introduzir a problemática da sexualidade na sociedade brasileira, a qual repercute na escola. Trata-se de um pequeno recorte dentre inúmeros casos que ocorrem diariamente no país e que aponta o quão incompreendido e pouco discutido o tema é nos círculos sociais e educacionais.

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2015), no ano de 2014 foram registrados 47.646 casos de estupro no Brasil, esse número pode chegar a quase 500 mil, uma vez que se estima que apenas 35% dos casos são registrados. Em 2015, a homofobia motivou o assassinato de 319 pessoas consideradas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBTs). O site *Quem a homofobia matou hoje?*³⁷⁵ contabiliza diariamente os crimes ocorridos contra essas pessoas.

Existe um discurso muito difundido na contemporaneidade que é o do respeito à diversidade cultural, todavia, incorre no risco de mascarar os preconceitos e as resistências em aceitar o outro em suas diferenças. Por meio das diversas instituições sociais, dentre elas a escola, a família e a igreja, há uma tentativa de homogeneizar os sujeitos tendo como referência a etnia branca e a orientação religiosa cristã a partir da heterossexualidade compulsória. Essa configuração é fruto de uma espécie de *ancestralidade colonial*, que aponta que o sujeito ideal deva apresentar tais características.

A ausência do debate sobre o tema contribui para o referido quadro de violência. A escola, enquanto espaço de formação do cidadão, não pode negligenciar tal situação. Acredito que os temas relacionados às questões de gênero e o respeito às diversidades sexuais, com uma discussão perpassando a sexualidade humana enquanto constituinte das identidades, quando abordados no cotidiano escolar, possam contribuir para a formação de crianças e adolescentes mais conscientes e tolerantes em relação ao outro.

Este trabalho visa suscitar reflexões acerca da discussão em torno das relações de gênero e das diversidades sexuais na escola. Para tanto, foram abordadas as políticas públicas destinadas à compreensão e ao enfrentamento do assunto, como os Temas Transversais e a sua proposta de Orientação Sexual (BRASIL, 1997), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996) e o não implementado Kit de Materiais Educativos do Projeto Escola sem Homofobia³⁷⁶. Trata-se de um recorte de uma pesquisa maior para a Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (PPGE/FACED/UFC).

³⁷⁵ Disponível em: <<https://homofobiamata.wordpress.com/>>. Acesso em: Jun/2016.

³⁷⁶ Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/pdf/kit-gay-escola-sem-homofobia-mec.pdf>. Acesso em: Abr/2016.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

Como recurso metodológico foi utilizada a pesquisa bibliográfica e a análise documental, o que oportunizou a análise das referidas políticas públicas e sua articulação com o cotidiano escolar. Enquanto pesquisador, tenho vivências e concepções pessoais que se relacionam diretamente como o tema de estudo, o que nos remete às palavras de Minayo, onde “[...] nas ciências sociais existe uma identidade entre sujeito e objeto” (*apud* LUSTOSA, 2003, p. 14). Dessa forma, este trabalho também é guiado por experiências pessoais vivenciadas, primeiramente como aluno e, atualmente, como professor de Educação Básica, onde pude *presenciar* o debate ou a ausência do mesmo quando o assunto é a sexualidade humana.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A INCOMPREENSÃO DO SUJEITO

No âmbito nacional, podemos fazer um paralelo entre a *Ratio Studiorum* (SAVIANI, 2013) e a elaboração da LDB (BRASIL, 1996). O primeiro tratado no âmbito internacional, o segundo no Brasil. Trata-se de documentos que, em períodos históricos distintos, buscaram regulamentar a instituição escolar, bem como a prática educativa. No entanto, o que se percebe é uma abordagem técnica, normativa, que negligencia as subjetividades dos sujeitos que atuam na escola: alunos, professores, gestores, funcionários e a comunidade adjacente.

Nesses tratados a respeito da educação, a escola é concebida como uma espécie de prédio padronizado, onde seus agentes lá atuariam de forma única e linear. Sem dúvidas a LDB (BRASIL, 1996) buscou universalizar o ensino, assegurando a entrada e a permanência de sujeitos que antes viviam à margem da educação escolarizada, dentre eles os portadores de deficiência. Apesar disso, num país com proporções territoriais como o Brasil, torna-se ousado a tentativa de universalização e padronização do ensino, uma vez que a nação é coabitada por inúmeras realidades, com diversos *Brasis*.

Em seus artigos 2º e 3º a LDB (BRASIL, 1996) apresenta os princípios da educação nacional pautados, dentre outros pontos, na igualdade de condições de acesso e permanência na escola, além da promoção de uma convivência harmônica entre os sujeitos, com o respeito à liberdade e à tolerância. O texto não contém referências à dimensão subjetiva dos alunos e professores, tampouco apresenta estratégias para o enfrentamento dos dilemas comuns ao ambiente escolar, como a violência e a intolerância contra a diversidade do comportamento humano.

A LDB se relaciona aos aspectos administrativos da educação brasileira. Outra política pública que versa sobre a estruturação escolar, mas principalmente suas metas, é o Plano Nacional de Educação -PNE (BRASIL, 2014), que orienta a execução e o aprimoramento de políticas públicas na educação. O documento, assim como a LDB, permanece no âmbito administrativo.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

Já os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (BRASIL, 1997a), propõem auxiliar os professores em suas práticas diárias, existindo um enfoque nos conteúdos e nas competências que os alunos devem aprender de acordo com cada disciplina da grade curricular. Existe a proposição de metas que os alunos deverão cumprir para que possam exercer sua cidadania. Além disso, versa sobre assuntos como avaliação, orientações didáticas e os objetivos gerais do ensino. Trata-se de uma matriz que serve de referência para o currículo nacional, abordando o conhecimento de forma interdisciplinar, englobando temas transversais que devem perpassar todo o conteúdo abordado na escola: Ética, Saúde, Orientação Sexual, Meio Ambiente e Pluralidade Cultural.

Os PCNs (BRASIL, 1997a) abordam as diversas disciplinas da grade curricular na escola, tendo textos específicos para tal fim. No entanto, para esta pesquisa me deterei à análise dos Temas Transversais, mais especificamente no que diz respeito à Orientação Sexual (BRASIL, 1997b), o qual engloba assuntos relacionados aos estereótipos de gênero, sexualidade, DSTs e família. O objetivo da publicação é levar a discussão da sexualidade para o campo escolar, uma vez que a partir da década de 1970 a temática passou a ser considerada parte do desenvolvimento global do indivíduo, não sendo possível desconsiderá-la, sendo necessário para que as crianças e os adolescentes convivam e compreendam suas sexualidades de forma sadia e segura.

O impulso para o surgimento das discussões nos documentos governamentais surgiu a partir da preocupação dos professores e políticos relacionados à educação com o alto número de gravidez indesejada na adolescência, assim como o aumento no índice de DSTs. Percebeu-se que existe uma grande resistência em se discutir o tema na família, onde essa reivindica que a instituição escolar ofereça orientações seguras e consistentes. A proposta é tratar o tema de forma transdisciplinar, perpassando todas as disciplinas.

Através dos Temas Transversais a escola foi convidada a realizar o debate em torno da sexualidade com seus alunos. No entanto, não se concebe a mesma em sua dimensão mais ampla, restringindo-a aos aspectos biológicos, com o foco na prevenção de doenças e gravidez. Os PCNs (BRASIL, 1997b) reconhecem que os alunos chegam à escola com uma bagagem cultural considerável a respeito da sexualidade. Os questionamentos estão sempre presentes, explícitos ou não. Em seu texto, observa-se a consciência de que existe uma emanção de valores e condutas induzidas pela mídia e pelas ruas. Destaca a parceria e o papel de diálogo e complementar que deve existir entre família e escola no processo de desenvolvimento da sexualidade dos alunos.

Embora a Orientação Sexual seja um tema transversal, devendo estar presente em todas as disciplinas, considerando em seu texto as dimensões biológicas, psicológicas e sociais, na escola o



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

tema quando vem à tona se restringe aos aspectos preventivos, seja de gravidez ou DSTs. Existe uma intenção de prescrever e delimitar o papel dos professores frente ao tema. No entanto, não há uma proposta prática, tampouco subsídios a partir dos quais os profissionais possam esclarecer dúvidas, funcionando mais como normas principiológicas. Percebe-se que não existe uma diretividade relacionada à orientação sexual na proposta do documento:

A Orientação Sexual aqui proposta não pretende ser diretiva e está circunscrita ao âmbito pedagógico e coletivo, não tendo, portanto, caráter de aconselhamento individual nem psicoterapêutico. Isso quer dizer que as diferentes temáticas da sexualidade devem ser trabalhadas dentro do limite da ação pedagógica, sem invadir a intimidade e o comportamento de cada aluno ou professor (BRASIL, 1997b, p. 299).

Apesar disso, o que se observa é que a estrutura escolar está sobrecarregada de ideologias que buscam enquadrar os sujeitos em normas hegemônicas de gênero sob os princípios heterossexuais, com um discurso velado que recrimina a prática sexual. Ao final do Ensino Fundamental, de acordo com o documento, espera-se que os alunos sejam capazes de se reconhecerem como sujeitos sexuais, vivendo suas sexualidades de maneira sadia e sejam capazes de respeitar a diversidade do comportamento sexual humano. Para que se consiga alcançar tais objetivos, o conteúdo proposto está dividido em três grandes blocos temáticos: 1) Corpo – matriz da sexualidade; 2) Relações de gênero; 3) Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS.

O eixo que aborda o corpo discute a problemática a partir da diferenciação entre organismo e corpo. O primeiro está relacionado aos aspectos biológicos e a sua infraestrutura básica de funcionamento. O segundo se relaciona com aspectos subjetivos e vivências, essas se relacionando com as dimensões da aprendizagem. Entretanto, existe uma hegemonia da abordagem biológica na prática escolar, com a descrição dos órgãos genitais, o que reforça os estereótipos de gênero, ao mesmo tempo em que a limita, separando homens e mulheres a partir de suas genitálias. O foco na questão reprodutora e medicinal, de caráter biológico, concentrando-se na prevenção de doenças, soa mais como ameaça e adestramento (EGYPTO, 2003).

E a questão do prazer? Por que não abordar a sexualidade como fonte de realização pessoal? O corpo humano pode e deve ser concebido na escola como fonte e objeto de desejo. Existe um tabu histórico em torno do erotismo. Nas descrições dos órgãos genitais, nos livros didáticos e nas palestras sobre o corpo humano, Louro (2004) destaca que a dimensão do prazer é negligenciada. Por exemplo, em tais descrições o clitóris é silenciado. Muitas mulheres não conhecem o próprio corpo do ponto de vista do prazer, e quando o concebem dificilmente não é de forma clandestina. O ânus em hipótese alguma é abordado como região erógena. O tão comentado e controverso *Ponto G*



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

não passa de mito nos discursos da sexualidade *oficial*. A autora enfatiza que a escola contribui para a construção de um corpo humano contido e asséptico.

Seria interessante e saudável abordar as regiões erógenas do corpo masculino e feminino na educação sexual escolarizada, além das outras questões como doenças, diversidades, etc. Tais questões podem ser tratadas ao longo da Educação Básica. A crítica que faço é a respeito da unilateralidade em que se aborda o tema. Não há problema algum em se discutir as questões das DSTs, da sexualidade do ponto de vista reprodutor, mas o entrave está em se limitar a tais aspectos, silenciando outros, como o prazer e a diversidade. Essas duas dimensões não são discutidas na Orientação Sexual. Até quando as relações sexuais serão movidas à base dos instintos, das descobertas, de um discurso oficial tradicional e higienizador? Por que não se pode falar abertamente sobre o tema na escola? Por que os alunos não podem vivenciar a sexualidade em sua plenitude, sem medo e com prazer, a partir de uma orientação segura?

Um dos reflexos dessa problemática são os índices resistentes e persistentes de jovens grávidas sem um planejamento prévio e a perpetuação das DSTs. Apesar do entrave, o texto apresenta um conceito da abordagem de forma ampla, criticando o tradicionalismo, embora exista o silenciamento no aprofundamento da discussão:

[...] o trabalho de Orientação Sexual visa a desvincular a sexualidade dos tabus e preconceitos, afirmando-a como algo ligado ao prazer e à vida. Na discussão das doenças sexualmente transmissíveis/Aids o enfoque precisa ser coerente com isso e não acentuar a ligação entre sexualidade e doença ou morte (BRASIL, 1997b, p. 325).

O bloco direcionado às discussões de gênero visa ao enfrentamento das diferenças e das relações de poder existentes em torno do masculino e feminino. Apresenta uma concepção que se aproxima da discutida nesta pesquisa, para além do biológico, propondo a desconstrução dos estereótipos, abrindo espaço para múltiplas manifestações do masculino e do feminino.

O último tópico é destinado à prevenção de doenças. Como já apontado ao longo da discussão da pesquisa, esse se torna o enfoque principal quando o tema é discutido na escola. O documento alerta para que não se perca de vista as múltiplas manifestações da sexualidade ao restringir o debate à prevenção de doenças, o que pode incorrer no risco de fazer uma ponte entre sexualidade e patologia.

Considero que o texto apresentado pela Orientação Sexual está em consonância com diversas teorias que contribuíram para ampliar a concepção de sexualidade para além do ato sexual, algumas delas defendidas neste trabalho. Trata-se de um texto reflexivo, com uma abordagem mais geral, não apresentando uma abordagem de ordem prática que venha a subsidiar o professor na escola.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

Acredito que o documento cumpre sua função de ampliar e autorizar o debate na instituição, uma vez que antes da publicação do mesmo não havia a *permissão oficial* para debater o assunto. No entanto, Louro (2004) destaca que [...] muitas vezes os textos oficiais incorporam o discurso progressista e inovador, ainda que o façam de tal forma que permitem a continuidade de práticas tradicionais” (p. 132).

O texto se aproxima de completar duas décadas desde a sua elaboração. Apesar do tempo, seus escritos permanecem *esquecidos*, não discutidos ou pouco trabalhados durante a formação de professores e prática docente. Em toda a minha formação acadêmica inicial e prática docente, ou durante os momentos de pesquisa acadêmica junto às escolas, não presenciei momentos em que a Orientação Sexual proposta nos Temas Transversais fosse discutida. Percebo que há a consciência do documento, porém não existe uma reflexão e debate em torno do mesmo.

Para finalizar a discussão sobre a Orientação Sexual, destaco a parte em que o documento trata da homossexualidade. Interessante observar que quando o assunto vem à tona está relacionado a temas polêmicos, como o aborto, a pornografia e a prostituição. É como se a heterossexualidade fosse algo natural, já estando implícita nos demais blocos de assunto. Há uma referência à homossexualidade como uma prática menos convencional. De uma forma geral, Louro (2004) aponta que a homossexualidade é tratada na escola como um desvio, existindo uma naturalização da heterossexualidade.

A escola se encontra no *olho do furacão* da sexualidade, onde os sujeitos a vivenciam a cada instante. Nesse sentido, professores e alunos estão diariamente na *linha de frente*. Lidam com desafios que em muito escapam à esfera formativa ou política. Perceber o cerne dessas concepções, articulado ao caminhar histórico e social pelo qual os temas da sexualidade vêm ganhando novas formas, sem juízos morais diante das análises, é um guia deste estudo.

KIT DE MATERIAIS EDUCATIVOS DO PROJETO ESCOLA SEM HOMOFOBIA

*O governo está inoculando nas escolas, junto às crianças [...] que ser gay é normal*³⁷⁷.

Jair Bolsonaro.

Os PCNs (1997a) silenciaram e fragmentaram as questões da sexualidade relacionadas às diversidades, ao prazer e ao direito das crianças e adolescentes de se reconhecerem como sujeitos de suas sexualidades. Assim, estabeleceram um padrão a ser seguido, discriminando a diversidade sexual. A fim de superar esse quadro, em 2011 o Ministério da Educação (MEC) criou um projeto

³⁷⁷ Fragmento do discurso proferido por Jair Bolsonaro na Assembleia Legislativa sobre a distribuição de livros de literatura infantil que discutem as diversidades sexuais e as múltiplas configurações de famílias de forma educativa. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kWHmrkzR6GA>. Acesso em: Jun/2015.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

para abordar as questões relativas à sexualidade na escola de forma mais profunda e consistente. Tratava-se do *Kit de Materiais Educativos do Projeto Escola Sem Homofobia*³⁷⁸. O projeto foi orientado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). As escolas de todo o país iriam receber o Kit contendo: um caderno intitulado *O caderno das coisas importantes*; uma série de seis boletins; três audiovisuais com seus respectivos guias; um cartaz; cartas de apresentação para o/a gestor (a) e para o (a) educador (a).

Inicialmente, divulgou-se a notícia de que o material seria destinado aos alunos do Ensino Médio, mas cogitou-se a ampliação para alunos a partir do 6º ano do Ensino Fundamental II. A notícia de que as escolas receberiam o Kit causou polêmica no país inteiro e abalou a *moral da família e dos bons costumes*, como muitos argumentaram. A mídia logo divulgou o apelido pejorativo que o projeto recebeu: *Kit Gay*. Diversas instituições sociais, como igrejas, mídia, escolas, políticos, artistas, religiosos e advogados se colocaram *ferrenhamente* contra a distribuição do *Kit do Projeto Escola Sem Homofobia*.

Devido às controvérsias e pressões políticas, populares e religiosas, na época a Presidenta Dilma Rousseff vetou a distribuição do Kit para as escolas³⁷⁹. O projeto estava pronto e houve desperdício de dinheiro público, já que o mesmo ficou *engavetado*. A polêmica que girou em torno do *Kit de Materiais Educativos do Projeto Escola Sem Homofobia* é um reflexo da ignorância e intolerância que parte da população tem diante das diversidades sexuais. Deve-se ao silêncio e ao tabu que gira em torno da sexualidade. Ao silenciar, existe uma regulamentação implícita, que aponta práticas e comportamentos considerados saudáveis (LOURO, 2004). Quando não se discute, omite-se, reprime-se ao não colocar o fato em questão no discurso.

Ao rotular a publicação de *Kit Gay*, o projeto começou a ser *abortado* socialmente para depois ser vetado oficialmente pelo Governo. A expressão *Kit Gay* trás implícita a ideia de curso de formação, de treinamento, de capacitação, de coisas úteis para se atingir determinado fim. Difundiuse a compreensão de que se tratava de um kit que ensinaria as crianças e adolescentes a *serem gays*. As discussões de esclarecimento sobre o assunto não tiveram espaço na mídia. Durante uma busca rápida na Internet sobre comentários relacionados ao material é possível perceber a incompreensão que gira em torno da publicação.

A verdade é que muito se falou, mas pouco ou quase nada se discutiu sobre o assunto. A maioria das pessoas não se deu a chance de conhecer o projeto, pois foram dominadas pelo discurso

³⁷⁸ Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/pdf/kit-gay-escola-sem-homofobia-mec.pdf>. Acesso em: Abr/2016.

³⁷⁹ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/politica/diferentemente-do-divulgado-kits-anti-homofobia-eram-para-criancas-de-11-anos-2764570>. Acesso em: Abr/2016.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

preconceituoso do *Kit Gay*. Foucault (2011) destaca que numa sociedade confessional é natural que sigamos os discursos. A tentativa dos movimentos LGBTs, em parceria com o MEC, de se inserirem no discurso oficial do governo no campo educacional como portadores de identidade e sexualidade para combater a homofobia e assegurar seus direitos e o respeito de todos, causou um desconforto nos setores mais conservadores. Um dos principais protagonistas na recusa e difamação do documento foi o político Jair Bolsonaro.

Bolsonaro talvez foi o maior divulgador da expressão *Kit Gay*. Apareceu em vários veículos de comunicação apresentando sua postura homofóbica, dizendo que *esse projeto foi encabeçado, de forma unilateral, por um grupo de pessoas LGBTs, que pretendia estimular a promiscuidade e o homossexualismo*³⁸⁰. Existem sites³⁸¹ ligados ao nome do político que distorcem o *Kit de Materiais Educativos do Projeto Escola Sem Homofobia* com argumentos de cunho homofóbico. Seria ingenuidade considerar que o político fala sozinho. Sua fala representa parte de uma sociedade que não aceita a diversidade do comportamento sexual e que estimula a violência, o preconceito e a intolerância. Mesmo a homofobia sendo crime no Brasil³⁸², existe um discurso naturalizado e muito difundido de intolerância contra as pessoas LGBTs.

O referido Kit é desconhecido da maioria das pessoas. Trata-se de um material educativo, não diretivo, que apresenta possibilidades no enfrentamento das questões relativas à sexualidade dos alunos dentro da escola. O objetivo principal seria promover o debate e o respeito ao comportamento humano. Além dos temas relacionados às diversidades comportamentais, orienta sobre a iniciação sexual dos adolescentes e o respeito às diversidades sexuais. Vale destacar dois itens do Kit: *O Caderno das Coisas Importantes* e os audiovisuais divididos em três vídeos.

*O Caderno das Coisas Importantes*³⁸³ possui um formato que se assemelha a uma agenda, onde aborda temas que circundam o universo adolescente, tais como: DSTs/AIDS; masturbação feminina e masculina; o namoro/ficar e a iniciação sexual; o uso do preservativo bem como uma discussão sobre as principais desculpas/motivos que os jovens utilizam para se absterem do uso; indicações de músicas, filmes, livros e sites contendo a temática da sexualidade. Esse caderno é muito educativo e didático. Aborda os temas de maneira franca, porém delicada. Possui ilustrações

³⁸⁰ Confira o discurso do político disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gNJKJLCPtT4>. Acesso em: Jun/2016.

³⁸¹ Disponível em: <http://familiabolsonaro.blogspot.com.br/2012/07/o-kit-gay-ja-chegou-nas-escolas-privadas.html>. Acesso em: Jun/2016.

³⁸² Projeto de Lei nº122/2006. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/opiniaopublica/pdf/PLC122.pdf>. Acesso em: Jun/2016.

³⁸³ Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/O_Caderno_das_Coisas_Importantes.pdf. Acesso em: Jun/2016.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

e tem espaços para anotações. Versa sobre o mundo dos jovens, como festas, músicas, sexo, amizade, etc.

Os audiovisuais são divididos em três vídeos³⁸⁴. O primeiro, intitulado *Probabilidade*, aborda o tema da bissexualidade e possui duração em torno de sete minutos. O vídeo é em forma de desenho. Apresenta uma narrativa sobre um garoto chamado Leonardo, que vivencia a bissexualidade recém descoberta. No decorrer do curta, o garoto, que deve ter aproximadamente 18 anos, encontra-se confuso com sua sexualidade, questionando-se sobre sua *normalidade*. Ao final do vídeo ele se reconhece como bissexual, percebendo que terá mais possibilidades/probabilidades de se relacionar afetivamente com outras pessoas. Ele tem sua identidade respeitada pelos amigos.

O segundo vídeo, *Torpedo*, com aproximadamente quatro minutos, apresenta como temática uma relação amorosa entre duas garotas. Na escola, elas descobrem que fotos íntimas suas foram divulgadas na Internet e todos já estão sabendo sobre o romance. No primeiro momento elas ficam com medo e receosas com a reação das pessoas, mas logo decidem enfrentar a situação na escola, assumindo a relação perante todos. Os alunos respeitam e aplaudem as duas, sem discriminação ou preconceito.

O último vídeo, *Encontrando Bianca*, com aproximadamente quatro minutos, conta a história de Bianca, uma jovem que por ser travesti enfrenta inúmeras dificuldades na escola. A personagem narra que não foi fácil se assumir como travesti e utilizar maquiagem e roupas femininas. Que no início as pessoas não a aceitavam, mas aos poucos foram reconhecendo-a como mulher. Apesar das dificuldades ela quer concluir os estudos para ser professora. O vídeo discute questões fundamentais vivenciadas por tais pessoas, como o uso do banheiro feminino e a utilização do nome social.

Os três vídeos nunca foram lançados oficialmente nas escolas, mas estão disponíveis no site do Youtube. Possuem uma abordagem delicada e sensível sobre os temas. Têm como objetivo principal promover o respeito e mostrar que existem diversas formas de ser homem e de ser mulher, que as questões da sexualidade transbordam a heterossexualidade com fins reprodutivos. Os vídeos são vanguardistas numa sociedade repressora e homofóbica. Causou polêmica porque apontou a homossexualidade como algo natural, assim como a heterossexualidade, e que pode haver o respeito mútuo.

³⁸⁴ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-mY_eSqdrGA. Acesso em: Jun/2016.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem poucas pesquisas relacionadas à homofobia na escola, o que dificulta a compreensão do quadro. “Pouco se sabe, por exemplo, a respeito do desempenho acadêmico, das ocorrências de agressão verbal e física no ambiente escolar e da evasão ou abandono escolar associada a estudantes homossexuais e transgêneros (BRASIL, 2007, p.29). A escola não pode ignorar que vivemos numa sociedade sexual e que existe uma carência de informação por parte dos alunos para transitarem com segurança nessa sociedade. Louro (2004, p. 131) a esse respeito diz que:

As questões referentes à sexualidade estão, queira-se ou não, na escola. Elas fazem parte das conversas dos/as estudantes, elas estão nos grafites dos banheiros, nas piadas e brincadeiras, nas aproximações afetivas, nos namoros; e não apenas aí, elas estão também de fato na sala de aula – assumidamente ou não – nas falas e atitudes das professoras, dos professores e estudantes.

O *Kit de Materiais Educativos do Projeto Escola sem Homofobia* foi uma tentativa de se discutir a sexualidade de forma livre e sem preconceitos na escola. A repulsa que o Kit sofreu na sociedade brasileira, balizada por discursos preconceituosos, mostra o quão essa sociedade é intolerante e conservadora. Fala-se muito em liberdade sexual e democracia, mas o fato é que as diversidades sexuais não têm espaço nem liberdade suficiente para a livre expressão. Em certos aspectos do tema, ainda nos assemelhamos muito com as sociedades medievais as quais Foucault (2011) apontou, onde a relação sexual só era aceitável se praticada nos limites da heterossexualidade matrimonialista com fins reprodutivos.

As políticas educacionais discutidas aqui não cumprem a sua função de debaterem o tema sexualidade na escola de forma consistente, portanto, não prepara os alunos para o enfrentamento dos dilemas que o tema proporciona. Concordo com Freud (1974) quando afirma, em uma nota de rodapé, que “[...] a educação dos jovens nos dias de hoje lhes oculta o papel que a sexualidade desempenhará em suas vidas [...]” (p.158). O psicanalista acusa o sistema educacional, provavelmente não só a escola, de oferecer uma falsa orientação psicológica aos sujeitos, não os preparando para a vida em sociedade, uma vez que oculta certos sentimentos e reações intrínsecos ao ser humano, como o instinto de agressividade por exemplo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.393, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997a.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Orientação sexual/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997b.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). **Gênero e Diversidade Sexual na Escola:** reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília: MEC, 2007.

_____. **Plano Nacional de Educação (PNE):** Lei nº 13.005, 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

EGYPTO, Antonio Carlos, (org.). **Orientação sexual na escola:** um projeto apaixonante. São Paulo: Cortez, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. 21º ed. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: _____. **O futuro de uma ilusão, O mal-estar da civilização e outros trabalhos (1927-1931).** Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

LUSTOSA, F. G. **Concepções de deficiência mental e prática pedagógica:** contexto que nega e evidencia a diversidade. 2003. 260f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de Educação, Fortaleza-CE, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 4ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.